

10. INFORMAÇÃO – CLUBE DE CAÇADORES – PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO:

Da **DACPGP** submetendo informação circunstanciada relativa ao Clube de Caçadores – pedido de indemnização.

*À m. do Excmo.
Re. infm. J.*

16.04.19

[Handwritten signature]

INFORMAÇÃO

ASSUNTO: Clube de Caçadores – Parcela 1 – Pedido de indemnização.

*Procede ao pagamento nos
termos do parecer do ASSE.
[Handwritten signature]*

Atento o solicitado, informo:

1. Os imóveis em questão estão devidamente identificados na planta anexa: parcelas 1 (adquirida em 2001 a Maria Custódia Pinheiro e outros) e 7 (adquirida em 2013 a Rosa Castro Vieira e outros).

Quem veio requerer a indemnização foi um dos ex-comproprietários da parcela 1, Firmino Antunes.

2. Os imóveis em questão integram o projeto inicial.
3. Os imóveis em questão foram adquiridos por serem necessários à execução do projeto – junta-se informações prestadas pelos competentes serviços técnicos, neste sentido e justificação.
4. Conforme consta do art. 405º do Código Civil, sob a epígrafe “Liberdade contratual”,
“1. Dentro dos limites da lei, as partes têm a faculdade de fixar livremente o conteúdo dos contratos, celebrar contratos diferentes dos previstos neste código ou incluir nestes as cláusulas que lhes aprouver.”

2. As partes podem ainda reunir no mesmo contrato regras de dois ou mais negócios, total ou parcialmente regulados na lei.”

O art. 280º estabelece ainda que é nulo o negócio jurídico cujo objecto seja física ou legalmente impossível, contrário à lei ou indeterminável e ainda o negócio que seja contrário à ordem pública, ou ofensivo dos bons costumes, o que não é o caso.


Assim, tendo sido o contrato-promessa assinado por ambos os outorgantes, deverá entender-se que o conteúdo do contrato reflecte a vontade das partes, sendo deste modo a cláusula em questão válida. Refira-se que o contrato-promessa está anexo à respectiva escritura de compra e venda e arquivado no correspondente livro.

5. Prejudicada pela informação prestada no ponto 4.

Junta-se: planta;

Cópia da escritura relativa à parcela 1, completa.

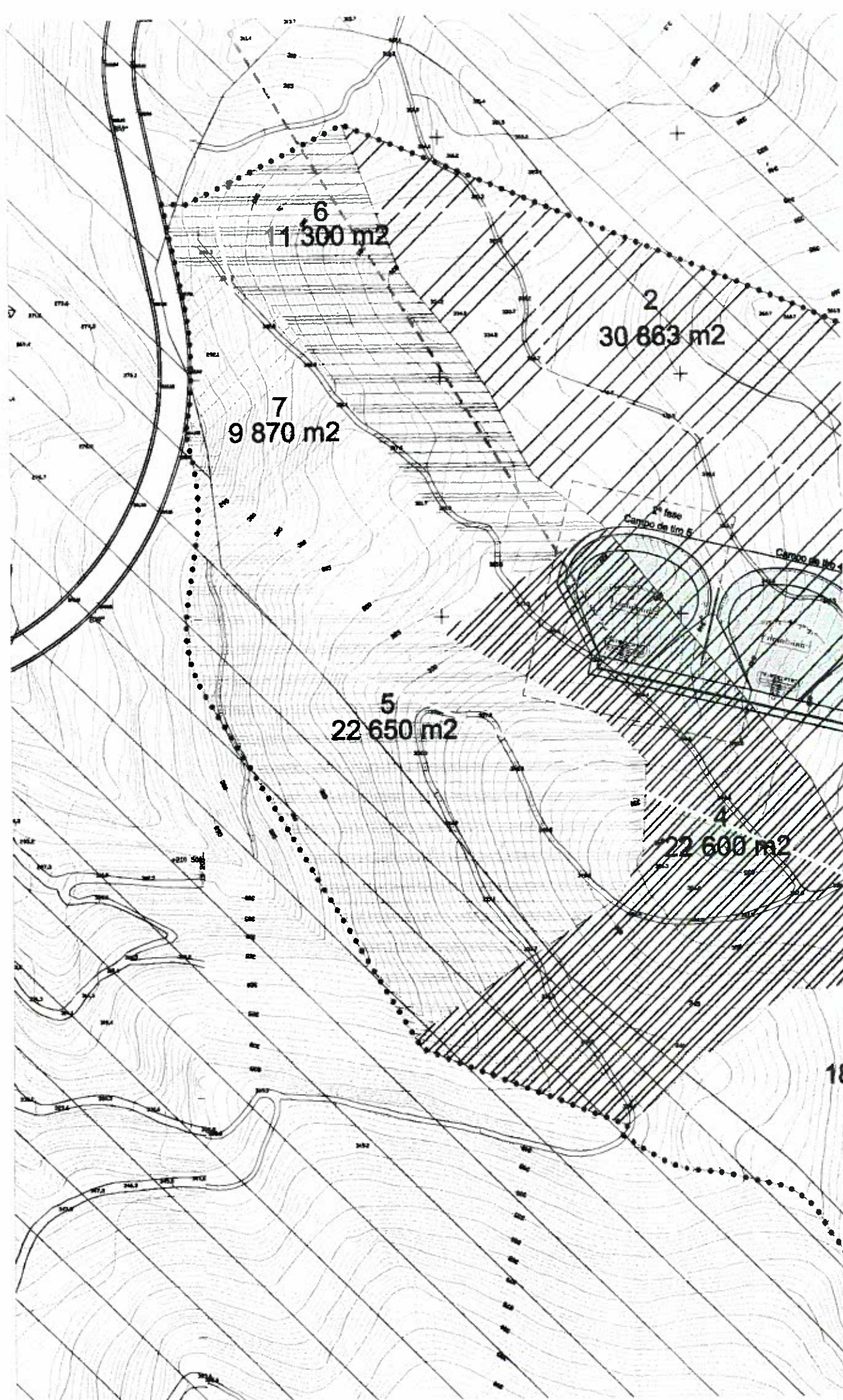
A Jurista,


(18.4.2016)

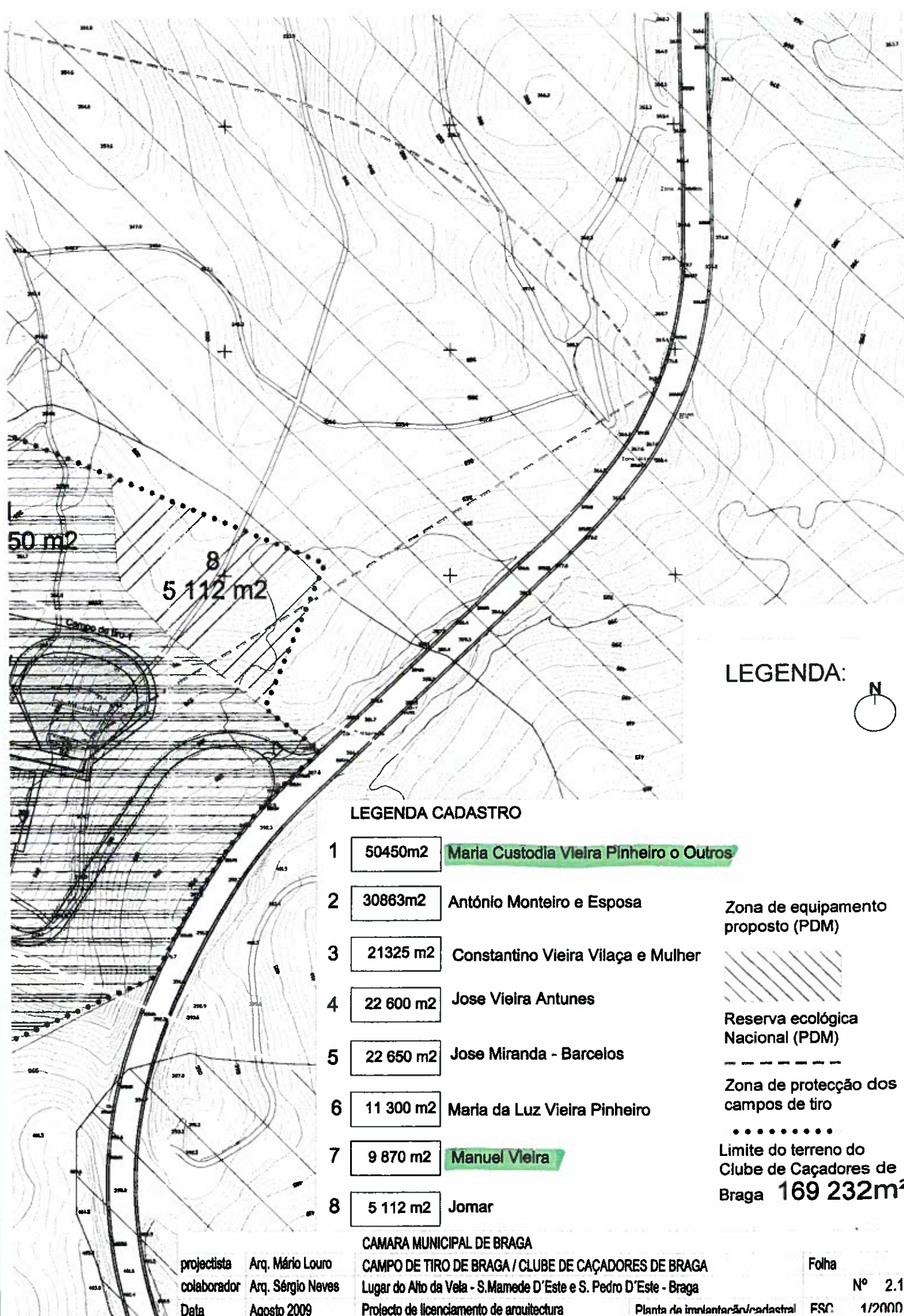
Δ unid. de Enunc. fa. Dr. Olfe.

2016/04/18









LEGENDA:

N

LEGENDA CADASTRO

- | | | |
|---|-----------|---|
| 1 | 50450m2 | Maria Custódia Vieira Pinheiro e Outros |
| 2 | 30863m2 | António Monteiro e Esposa |
| 3 | 21325 m2 | Constantino Vieira Vilaça e Mulher |
| 4 | 22 600 m2 | Jose Vieira Antunes |
| 5 | 22 650 m2 | Jose Miranda - Barcelos |
| 6 | 11 300 m2 | Maria da Luz Vieira Pinheiro |
| 7 | 9 870 m2 | Manuel Vieira |
| 8 | 5 112 m2 | Jomar |

Zona de equipamento
proposto (PDM)



Reserva ecológica
Nacional (PDM)

Zona de protecção dos
campos de tiro

.....
Limite do terreno do
Clube de Caçadores de
Braga 169 232m²

projectista Arq. Mário Louro
colaborador Arq. Sérgio Neves
Data Agosto 2009

CAMARA MUNICIPAL DE BRAGA
CAMPO DE TIRO DE BRAGA / CLUBE DE CAÇADORES DE BRAGA
Lugar do Alto da Vela - S.Mamede D'Este e S. Pedro D'Este - Braga
Projecto de licenciamento de arquitectura

Folha Nº 2.1
Planta de implantação/cadastral FSC: 1/2000

COMPRA E VENDA

_____ No *dia onze de Julho do ano de dois mil e um*, nesta cidade de Braga e edifício dos Paços do Município, perante mim, licenciado em Direito, Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimarães, director do Departamento dos Serviços Centrais e servindo de notário privativo do Município de Braga, compareceram como outorgantes: _____

_____ **PRIMEIRO: NUNO ÁLVARO FREITAS BARBOSA DE ALPOIM**, casado, natural da vila e concelho de Ponte da Barca, residente na rua Cândido Oliveira, nº 62, 5º esquerdo, desta cidade, que no exercício de competência subdelegada por despacho do Presidente da Câmara, de dezanove de Outubro de mil novecentos e noventa e nove, e a este delegada pelo Executivo Municipal em reunião de catorze dos mesmos mês e ano, outorga em representação do Município de Braga, na qualidade de vice-presidente da respectiva Câmara Municipal, NIPC 680 010 610, com sede na Praça do Município, desta cidade, qualidade e poderes necessários para este acto que verifiquei por serem do meu conhecimento pessoal. _____

_____ **SEGUNDO: A) MARIA CUSTÓDIA PINHEIRO**, NIF 169 503 097, e marido **SIMÃO RODRIGUES**, NIF 169 503 100, portadores dos B.I. nºs. 1849746, de 13/09/85, e 823724, de 20/07/87, emitidos em Lisboa, respectivamente, ambos naturais da freguesia de Este (S. Mamede), residentes no

lugar do Pinheiro Velho, da referida freguesia de Este (S. Mamede), casados sob o regime da *comunhão geral de bens*, _____

_____ B) - HENRIQUETA DOS ANJOS PINHEIRO, NIF 132 840 227, e marido FIRMINO DE SOUSA ANTUNES, NIF 132 840 219, portadores dos B.I. n.ºs. 886862, de 8/6/99, e 0811716, de 6/10/86, emitidos em Lisboa, respectivamente, ambos naturais da dita freguesia de Este (S. Mamede), residentes na rua de São Pedro e São Paulo, n.º 12, S. Mamede de Infesta, Matosinhos, casados sob o regime da *comunhão geral de bens*, outorgando o marido por si e como bastante procurador de: _____

_____ 1 - TERESA DE JESUS PINHEIRO ANTUNES, NIF 143 664 700, e marido ANTÓNIO ANTUNES, NIF 143 664 719, ambos naturais da dita freguesia de Este (S. Mamede), residentes na Avenida da Liberdade, n.º 466, 2.º andar, direito, desta cidade de Braga, casados sob o regime da *comunhão geral de bens*, e _____

_____ 2 - EVARISTO BAPTISTA VIEIRA PINHEIRO, NIF 165 533 412, e mulher MARIA LUCILA OLIVEIRA COUTINHO PINHEIRO, NIF 167 962 680, ele natural da mencionada freguesia de Este (S. Mamede), e ela natural da freguesia de Silva Escura, concelho de Sever do Vouga, residentes na dita Avenida da Liberdade, n.º 466, 2.º andar, esquerdo, casados sob o regime da *comunhão geral de bens*, no uso dos poderes que eles lhe conferiram por duas procurações, que arquivo. _____

/

C) - MARIA JÚLIA VIEIRA PINHEIRO FERNANDES, NIF 131 683 136, e marido MANUEL MACHADO FERNANDES, NIF 156 489 678, portadores dos B.I. n.ºs. 1956630, de 8/07/86, emitido em Lisboa, e 920043, de 08/02/99, emitido em Braga, respectivamente, ambos naturais da dita freguesia de Este (S. Mamede), residentes no lugar da Devesa, da dita freguesia de Este (S. Mamede), casados sob o regime da *comunhão geral de bens*;

D) - ANTÓNIO MARCELINO VIEIRA PINHEIRO, NIF 145 696 880, portador do B.I. n.º 982639, de 12/12/91, emitido em Braga, natural da freguesia de Este (S. Mamede) referida, deste concelho, residente no lugar de Lageosa, freguesia de Sobreposta, deste Concelho, casado com a terceira outorgante sob o regime da *comunhão de adquiridos*;

E) - JOSÉ VIEIRA ANTUNES, NIF 151046530, casado, titular do B.I. n.º 858086, de 11/10/2000, emitido em Braga, natural da freguesia de Este (São Pedro), deste concelho, onde reside no lugar do Telhado, que outorga como procurador de MANUEL JOSÉ VIEIRA PINHEIRO, NIF 193 377 918, e mulher MARIA DA LUZ VIEIRA ANTUNES PINHEIRO, NIF 206 692 771, naturais ele da freguesia de Este (S. Mamede) e ela da freguesia de Este (São Pedro), já referidas, residentes no referido lugar do Telhado, casados sob o regime da *comunhão de adquiridos*, no uso dos poderes que eles lhe conferiram em procuração, de que arquivo fotocópia.

TERCEIRO: MARIA DA CONCEIÇÃO VIEIRA ANTUNES
PINHEIRO, NIF 161 358 748, portadora do B.I. nº 987972, de 03/06/98, emitido
em Braga, natural da freguesia de Sobreposta referida, casada com o outorgante
da alínea D).

Verifiquei a identidade do primeiro outorgante por conhecimento pessoal
e a dos segundos e terceira outorgantes pelos referidos bilhetes de identidade.

*Disseram os segundos outorgantes, fazendo-o o segundo
outorgante, marido, referido na alínea B), por si e em nome dos seus
representados, e o outorgante da alínea E), em nome dos seus
representados.*

Que, pela presente escritura, e conforme oportunamente ficou acordado
com o Município de Braga, ao abrigo do disposto no artº 11º do Código das
Expropriações, aprovado pela Lei nº 168/99, de 18 de Setembro, vendem ao
Município de Braga, para integração no seu domínio privado, com destino à (re)
instalação do Clube de Caçadores de Braga, os seguintes bens imóveis:

UM - Pelo preço de VINTE E QUATRO MIL NOVECENTOS E TRINTA
E NOVE EUROS E OITENTA E NOVE CÊNTIMOS, equivalente a *cinco
milhões de escudos*: - Parcela de terreno com a área de vinte mil metros
quadrados, a confrontar do norte e nascente com vendedores e caminho, e dos
restantes lados com Maria Manuela Ferreira Torres a desanexar do prédio rústico
sito no lugar da Devesa do Hospital, Pontigo ou Lamas, da freguesia de Este S.

Mamede, deste concelho, com a área de *vinete e oito mil metros quadrados*, descrito na Conservatória sob o número zero zero trezentos e vinte e sete / *ESTE* (S.MAMEDE), registado, em comum e partes iguais, a favor deles, segundos outorgantes e representados dos segundos outorgantes das alíneas B) e E), pela inscrição G-um, inscrito na respectiva matriz sob o *artigo 5*, com o valor patrimonial de 33.369\$00.

Que o prédio, do qual é destacada a parcela de terreno atrás identificada, está sujeito a ónus de eventual redução de doação sujeita a colação, que se acha registado na Conservatória pela inscrição F-um.

DOIS – Pelo preço de *TRINTA E SETE MIL NOVECENTOS E SETENTA EUROS E NOVENTA E NOVE CÊNTIMOS*, equivalente a *sete milhões seiscentos e doze mil e quinhentos escudos*. -Parcela de terreno com a área de *trinta mil quatrocentos e cinquenta metros quadrados*, sita no lugar de Vilar ou Devesa do Hospital, freguesia de Este (S. Mamede) referida, a confrontar do norte e nascente com Jomar e vendedores, do sul com António José da Costa e vendedores e do poente com Constantino Vieira Vilaça, que faz parte do prédio rústico, com a área de cento e dez mil metros quadrados, descrito na Conservatória sob o número zero zero trezentos e quarenta, da sua freguesia, e nela inscrito, em comum e sem determinação de parte ou direito, a favor deles, segundos outorgantes e representados dos

segundos outorgantes das alíneas B) e E), pela inscrição G-um, e do inscrito na matriz sob o *artigo 3*, com o valor patrimonial de 37.906\$00.

Que foi pedida a rectificação matricial quanto às áreas dos prédios donde são a desanexar as ditas parcelas de terreno, conforme documento que exibiram.

Que esta venda é feita pelo preço total de *SESSENTA E DOIS MIL NOVECIENTOS E DEZ EUROS E OITENTA E OITO CÊNTIMOS*, correspondente a *doze milhões seiscentos e doze mil e quinhentos escudos* que receberam neste acto.

Que o Município de Braga já se encontra na posse dos referidos imóveis desde vinte e quatro de Janeiro de dois mil, de acordo com a autorização constante da cláusula sexta do referido acordo titulado por *contrato-promessa*, da mesma data.

O Município de Braga obriga-se a preservar as vertentes de água existentes nos referidos imóveis, bem como as canalizações que passam através dos mesmos, conduzindo águas para irrigação de terrenos propriedade dos vendedores e seu consumo doméstico, nos termos previstos na cláusula sétima do dito contrato, cujas demais cláusulas que tenham relevância para esta escritura, deverão também ser observadas, contrato aquele de que arquivo o respectivo exemplar, e, bem assim, do seu anexo.

Pelo primeiro outorgante foi dito que para o Município de Braga aceita esta aquisição, nos termos exarados.

leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo.

Amo alpoir

Mari Lúcia Pinheiro
~~Luís Rodrigues~~

Henriqueta dos Anjos Pinheiro

~~Fernando~~

Maria Julia Pereira Pinheiro Fernandes

João Roberto Fernandes

Joé Virino Antunes

~~Luís Pereira~~ Luís Pereira

Maria de Carmo, Virino Antunes Pinheiro

Luís - Virino

Estatística: Série JE Caderneta 2000 - Verbete 8.º

Conta registrada sob o nº Isenção total, nos termos acima já referi-
dos.